

ÍNDICE SISTEMÁTICO

OBRAS DO AUTOR	XXV
NOTA DO AUTOR	XXXV

CAPÍTULO I

SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

I.1 - Atividades administrativas e direito administrativo	1
I.2 - Separação das funções do estado e das esferas pública e privada da sociedade	3
I.3 - A expansão das atividades administrativas.....	7
I.4 - Estado regulador: o direito administrativo em evolução	9
I.5 - Direito administrativo comparado	11
I.5.1 - França.....	11
I.5.2 - Alemanha	12
I.5.3 - Itália.....	12
I.5.4 - Espanha.....	13
I.5.5 - Portugal	13
I.5.6 - Argentina.....	13
I.5.7 - Estados unidos	14
I.6 - O direito administrativo no Brasil	15

CAPÍTULO II

O DIREITO ADMINISTRATIVO

II.1 - Objeto e conceito de direito administrativo.....	19
II.2 - Direito administrativo geral e áreas específicas do direito administrativo...	21
II.3 - A distribuição das atividades administrativas na Constituição de 1988....	22

II.4 – Competências em direito administrativo	25
II.4.1 – Competências legislativas	25
II.4.2 – Competências materiais	26
II.5 – Legislação e codificação	27

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

III.1 – Introdução	29
III.2 – Fontes primárias e fontes secundárias	29
III.3 – Fontes do direito administrativo em espécie	30
III.3.1 – Constituição	30
III.3.2 – Lei	32
III.3.3 – Regulamentos	34
III.3.4 – Jurisprudência	42
III.3.5 – Doutrina	44
III.3.6 – Costume	45
III.3.7 – Precedentes administrativos	46
III.3.8 – Princípios	47
III.4 – Interpretação do direito administrativo	48
III.5 – Integração no direito administrativo	49
III.6 – Especificidades metodológicas do direito administrativo	51

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

IV.1 – Introdução	53
IV.2 – Conceito de princípio jurídico	55
IV.3 – Classificação dos princípios do direito administrativo	56
IV.4 – Princípio da juridicidade	57
IV.4.1 – Princípio da legalidade	59
IV.5 – Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	63
IV.6 – Princípio da segurança jurídica: proteção da confiança legítima e proibição de comportamento administrativo contraditório	65



IV.7 – Princípio da boa-fé objetiva da administração pública.....	69
IV.8 – Princípio da impessoalidade.....	70
IV.9 – Princípio da moralidade administrativa.....	71
IV.10 – Princípio da eficiência.....	72
IV.11 – Princípio da publicidade.....	75
IV.12 – Princípio da motivação.....	78
IV.13 – Princípio da finalidade.....	80
IV.14 – Princípio da supremacia do interesse público (ou a sua superação).....	82
IV.15 – Princípio da indisponibilidade do interesse público (consensualidade e arbitralidade no direito administrativo).....	84
IV.16 – Princípio da presunção de veracidade e de legitimidade.....	88
IV.17 – Princípio da autoexecutoriedade.....	91
IV.18 – Princípio da autotutela.....	93
IV.19 – Princípio da continuidade das atividades administrativas.....	93
IV.20 – Princípio da especialidade.....	95

CAPÍTULO V

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

V.1 – Funções administrativas e federação.....	97
V.2 – Pessoas jurídicas no direito público.....	100
V.3 – Organização administrativa na Constituição.....	101
V.4 – Princípios da organização do poder executivo.....	102
V.4.1 – Hierarquia.....	102
V.4.2 – Discricionariedade.....	105
V.4.3 – Especialidade.....	106
V.4.4 – Planejamento.....	106
V.5 – Descentralização e desconcentração administrativa.....	106
V.6 – Teoria dos órgãos.....	108
V.7 – Competências administrativas.....	110
V.8 – Tutela administrativa.....	110
V.9 – Administração direta e indireta.....	113
V.10 – Entidades da administração indireta.....	115
V.10.1 – Autarquias.....	116
V.10.2 – Fundações públicas.....	119



V.10.3 – Empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista).....	121
V.10.4 – Empresas estatais subsidiárias.....	129
V.10.5 – Consórcios públicos.....	131
V.11 – Participação do estado em pessoas privadas não integrantes da administração indireta.....	134
V.11.1 – Empresas privadas com participação minoritária do Estado (empresas público-privadas).....	134
V.11.2 – Participação do estado em entidades privadas sem fins lucrativos...	137
V.12 – Agências executivas.....	138

CAPÍTULO VI

ATOS ADMINISTRATIVOS

VI.1 – Introdução.....	141
VI.2 – Conceito.....	142
VI.2.1 – Silêncio administrativo.....	145
VI.3 – Elementos.....	148
VI.3.1 – Agente.....	148
VI.3.2 – Forma.....	150
VI.3.3 – Finalidade.....	151
VI.3.4 – Motivo.....	153
VI.3.5 – Objeto (conteúdo).....	154
VI.4 – Mérito do ato administrativo (discricionariedade x vinculação).....	155
VI.5 – Atributos.....	158
VI.6 – Classificação.....	160
VI.6.1 – Quanto à situação jurídica gerada.....	160
VI.6.2 – Quanto à vontade formadora.....	161
VI.6.3 – Quanto à exequibilidade.....	161
VI.6.4 – Quanto ao âmbito de repercussão.....	163
VI.7 – Desfazimento dos atos administrativos.....	163
VI.7.1 – Revogação.....	163
VI.7.2 – Invalidação.....	166
VI.7.3 – Cassação.....	171
VI.7.4 – Decaimento.....	172



CAPÍTULO VII

LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS

VII.1 – Fundamento	175
VII.2 – Conceito	177
VII.3 – Limitações administrativas, poder de polícia e regulação.....	181
VII.4 – Competências federativas.....	183
VII.5 – Limitações administrativas como geradoras de direitos entre particulares.....	183
VII.6 – Outros mecanismos de intervenção na liberdade e na propriedade.....	184

CAPÍTULO VIII

PODER DE POLÍCIA

VIII.1 – Fundamento.....	187
VIII.2 – Evolução histórica	188
VIII.3 – Críticas à noção de poder de polícia.....	189
VIII.4 – Conceito.....	190
VIII.5 – Polícia administrativa e polícia judiciária.....	191
VIII.6 – Competências.....	191
VIII.7 – Delegação do poder de polícia.....	192
VIII.8 – Características do poder de polícia.....	194
VIII.9 – O ciclo do poder de polícia.....	195
VIII.10 – Limites do poder de polícia.....	199

CAPÍTULO IX

REGULAÇÃO

IX.1 – Aspectos gerais.....	201
IX.2 – Regulação e regulamentação	203
IX.3 – Regulação, regulação pública não estatal, autorregulação e desregulação...	204
IX.4 – Regulação, poder de polícia e administração ordenadora.....	205
IX.5 – Regulação sobre empresas estatais.....	206

IX.6 – Classificação das regulações estatais da economia.....	207
IX.7 – Conceito de regulação.....	208
IX.8 – Agências reguladoras independentes	209
IX.8.1 – Autonomia orgânica	211
IX.8.2 – Autonomia funcional.....	215
IX.8.3 – Classificação.....	218
IX.8.4 – Entidades similares	219
IX.8.5 – Poderes do executivo central sobre as agências reguladoras.....	220
IX.8.6 – Autonomia frente aos agentes regulados.....	221

CAPÍTULO X

DEFESA DA CONCORRÊNCIA

X.1 – Os fundamentos da defesa da concorrência	225
X.2 – O Sistema brasileiro de defesa da concorrência	227
X.3 – Atos de concentração (controle de estruturas empresariais)	229
X.3.1 – Processo administrativo de análise do ato de concentração	231
X.4 – Condutas anticoncorrenciais (controle de condutas empresariais)	232
X.4.1 – Processo administrativo concorrencial sancionatório	233
X.5 – Sanções por infração à ordem econômica	234
X.6 – Defesa da concorrência e regulações setoriais	235

CAPÍTULO XI

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

XI.1 – Noção e paralelo com as limitações administrativas.....	241
XI.2 – Desapropriação	242
XI.2.1 – Aspectos gerais	242
XI.2.2 – Espécies.....	243
XI.2.3 – Normas aplicáveis.....	246
XI.2.4 – Objeto da desapropriação.....	246
XI.2.5 – Destinatários dos bens desapropriados.....	249
XI.2.6 – Direito de extensão	251
XI.2.7 – Competências para desapropriar	251



XI.2.8 – A declaração expropriatória.....	252
XI.2.9 – O processo expropriatório.....	253
XI.2.10 – Indenização.....	256
XI.2.11 – Tresdestinação.....	260
XI.2.12 – Invalidação.....	262
XI.2.13 – Desistência.....	262
XI.2.14 – Desapropriação indireta.....	263
XI.3 – Servidão administrativa.....	269
XI.3.1 – Aspectos gerais.....	269
XI.3.2 – Instituição.....	270
XI.3.3 – Indenização.....	271
XI.4 – Requisição administrativa.....	271
XI.5 – Ocupação temporária.....	273
XI.6 – Licença compulsória de patentes.....	274
XI.7 – Tombamento.....	275
XI.7.1 – Aspectos gerais.....	275
XI.7.2 – Competências.....	277
XI.7.3 – Processo administrativo.....	278
XI.7.4 – Consequências.....	279
XI.7.5 – Espécies.....	280
XI.8 – Áreas de preservação da ambiência cultural.....	280

CAPÍTULO XII

LICITAÇÕES

XII.1 – Conceito.....	283
XII.2 – Disciplina constitucional e legislativa.....	284
XII.3 – Obrigação de particulares que administram verbas públicas licitarem....	287
XII.4 – O que deve ser licitado.....	288
XII.5 – Princípios da licitação.....	290
XII.6 – Contratação direta.....	295
XII.6.1 – Procedimentos da contratação direta.....	297
XII.6.2 – Dispensa de licitação.....	298
XII.6.3 – Inexigibilidade de licitação.....	300
XII.6.3.1 – Credenciamento.....	302



XII.7 – Fases da licitação.....	304
XII.7.1 – Abertura da licitação.....	305
XII.7.2 – Habilitação.....	307
XII.7.2.1 – Registros cadastrais.....	311
XII.7.3 – Julgamento.....	312
XII.7.4 – Homologação e adjudicação.....	316
XII.8 – Modalidades de licitação.....	317
XII.8.1 – Modalidades comuns de licitação.....	318
XII.8.1.1 – Concorrência.....	319
XII.8.1.2 – Tomada de preços.....	319
XII.8.1.3 – Convite.....	319
XII.8.2 – Modalidades especiais de licitações.....	320
XII.8.2.1 – Concurso.....	322
XII.8.2.2 – Leilão.....	322
XII.8.2.3 – Pregão.....	322
XII.8.2.4 – Consulta pública.....	324
XII.9 – Função extraeconômica das licitações.....	324
XII.9.1 – Os benefícios licitatórios para as pequenas empresas.....	327
XII.10 – Controle da licitação.....	328

CAPÍTULO XIII

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

XIII.1 – Conceito.....	333
XIII.1.1 – Convênios.....	336
XIII.2 – Instrumento do contrato.....	340
XIII.3 – Mutabilidade do contrato e equilíbrio econômico-financeiro.....	341
XIII.3.1 – Revisão e reajuste de preços.....	347
XIII.3.2 – Prazo contratual e sua prorrogação.....	348
XIII.3.3 – Instrumentos das alterações contratuais: termos aditivos e apostilamentos.....	350
XIII.4 – Eficácia temporal dos contratos administrativos.....	351
XIII.5 – Subcontratação e cessão contratual.....	352

XIII.6 – Fiscalização e inadimplemento contratual.....	353
XIII.7 – Extinção dos contratos administrativos	355

CAPÍTULO XIV

SERVIÇOS PÚBLICOS

XIV.1 – Noções gerais.....	359
XIV.2 – Os sentidos de “serviço público” extraíveis da Constituição	360
XIV.2.1 – Conceção amplíssima de serviço público.....	361
XIV.2.2 – Conceção ampla de serviço público	363
XIV.2.3 – Conceção restrita de serviço público.....	363
XIV.2.4 – Conceção restritíssima de serviço público	363
XIV.3 – A jurisprudência do STF.....	364
XIV.4 – O conceito proposto	366
XIV.5 – Institutos afins	372
XIV.5.1 – Funções públicas e poder de polícia	373
XIV.5.2 – Serviços uti universi.....	374
XIV.5.3 – Fomento.....	376
XIV.5.4 – Atividades econômicas exploradas pelo Estado (em concorrência com a iniciativa privada e como monopólio).....	377
XIV.5.5 – Atividades privadas regulamentadas	379
XIV.6 – Serviços públicos sociais e serviços compartilhados	381
XIV.7 – Serviços públicos e direito do consumidor.....	384
XIV.8 – Serviços públicos e concorrência.....	389

CAPÍTULO XV

DELEGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

XV.1 – Introdução.....	397
XV.2 – Concessão.....	398
XV.2.1 – Normas aplicáveis	403
XV.2.2 – Licitação.....	404

XV.2.3 – O contrato de concessão.....	405
XV.2.4 – Remuneração da concessionária.....	411
XV.2.5 – Bens reversíveis.....	413
XV.2.6 – Elementos modificáveis e imodificáveis da concessão.....	415
XV.2.7 – Equilíbrio econômico-financeiro.....	416
XV.2.7.1 – Insuficiência dos critérios tradicionais de equilíbrio econômico-financeiro: o equilíbrio dinâmico e a divisão de riscos.....	418
XV.2.8 – Extinção da concessão.....	422
XV.2.8.1 – Fim do prazo contratual.....	422
XV.2.8.2 – Encampação ou resgate.....	423
XV.2.8.3 – Caducidade.....	423
XV.2.8.4 – Rescisão.....	424
XV.2.8.5 – Invalidação.....	425
XV.3 – Parceria Público-Privada – PPP.....	425
XV.4 – Permissão de serviço público.....	434
XV.5 – Autorização contratual.....	437
XV.6 – Arrendamento.....	439
XV.7 – Franquia pública.....	441
XV.8 – Contrato de gestão com organizações sociais.....	443
XV.9 – Termo de parceria com OSCIPs.....	444
XV.10 – Gerência privada de estabelecimentos públicos.....	446
XV.11 – Convênio.....	447
XV.12 – Consórcio público.....	448

CAPÍTULO XVI

MONOPÓLIOS PÚBLICOS

XVI.1 – Conceito e disciplina constitucional.....	451
XVI.2 – Monopólios em espécie.....	454
XVI.2.1 – Atividades minerárias.....	455
XVI.2.2 – Atividades nucleares.....	456
XVI.2.3 – Atividades petrolíferas.....	457
XVI.2.3.1 – A função das boas práticas internacionais do setor.....	460
XVI.2.3.2 – As concessões petrolíferas.....	461
XVI.2.3.3 – O regime jurídico do pré-sal.....	464

CAPÍTULO XVII

BENS PÚBLICOS

XVII.1 – Peculiaridades da propriedade pública	469
XVII.2 – Titulares dos bens públicos	470
XVII.3 – Características.....	472
XVII.4 – Afetação e desafetação	475
XVII.5 – Administração dos bens públicos.....	477
XVII.6 – A utilização dos bens de uso comum.....	479
XVII.7 – A utilização dos bens de uso especial	481
XVII.8 – O uso privativo dos bens públicos	481
XVII.8.1 – Instrumentos do uso privativo dos bens públicos.....	486
XVII.8.1.1 – Autorização de uso.....	487
XVII.8.1.2 – Permissão de uso	488
XVII.8.1.3 – Concessão de uso.....	490
XVII.8.1.4 – Concessão de direito real de uso.....	491
XVII.9 – Aquisição e alienação de bens públicos.....	491
XVII.10 – Notas a respeito de alguns bens públicos específicos	493

CAPÍTULO XVIII

SERVIDORES PÚBLICOS

XVIII.1 – Agentes públicos em geral	497
XVIII.1.1 – Agentes políticos.....	498
XVIII.1.2 – Particulares em colaboração com o Poder Público	499
XVIII.1.3 – Servidores públicos.....	499
XVIII.2 – Classificação dos servidores públicos.....	500
XVIII.2.1 – Servidores públicos civis e militares	500
XVIII.2.2 – De acordo com a natureza do vínculo	501
XVIII.2.2.1 – Empregados públicos.....	501
XVIII.2.2.2 – Servidores temporários	503
XVIII.2.2.3 – Funcionários públicos	505
XVIII.3 – O retorno do regime jurídico único	507

XVIII.4 – Quadro funcional.....	509
XVIII.5 – Classificação dos cargos públicos.....	510
XVIII.5.1 – Cargos vitalícios.....	510
XVIII.5.2 – Cargos efetivos.....	510
XVIII.5.3 – Cargos em comissão.....	513
XVIII.6 – Criação, transformação e extinção de cargos, funções e empregos públicos.....	515
XVIII.7 – Concurso público.....	517
XVIII.8 – Ingresso no serviço público.....	522
XVIII.8.1 – Provimento.....	522
XVIII.8.2 – Investidura.....	524
XVIII.9 – Vacância de cargos públicos.....	525
XVIII.10 – Acumulação.....	525
XVIII.11 – Mandato eletivo.....	527
XVIII.12 – Sistema remuneratório.....	528
XVIII.13 – Extinção do vínculo estatutário.....	535
XVIII.14 – Aposentadoria.....	535
XVIII.14.1 – Modalidades de aposentadoria estatutária.....	537
XVIII.14.2 – Valor dos proventos.....	539
XVIII.15 – Pensões.....	543
XVIII.16 – Disponibilidade.....	543
XVIII.17 – Regime disciplinar dos servidores públicos (poder disciplinar).....	544
XVIII.17.1 – Deveres dos funcionários públicos.....	544
XVIII.17.2 – As várias instâncias de responsabilização dos servidores.....	545
XVIII.17.3 – Requisitos de aplicação das sanções disciplinares.....	547
XVIII.17.4 – Processo administrativo disciplinar.....	550

CAPÍTULO XIX

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

XIX.1 – Origens civilistas.....	555
XIX.2 – Direito positivo brasileiro.....	557
XIX.3 – Fundamentos.....	561



XIX.4 – Sujeitos que podem ensejar a responsabilidade do Estado	562
XIX.5 – Condutas geradoras da responsabilidade	564
XIX.5.1 – Ação do Estado	564
XIX.5.2 – Omissão do Estado	565
XIX.5.3 – Situação de risco criada pelo Estado	569
XIX.6 – Requisitos da indenizabilidade do dano.....	569
XIX.7 – Excludentes da responsabilidade.....	571
XIX.8 – Responsabilização do agente	573
XIX.8.1 – Comunicação de instâncias	575
XIX.9 – Responsabilidade por atos legislativos.....	576
XIX.10 – Responsabilidade por atos judiciais.....	581
XIX.11 – Responsabilidade pela atuação postulatória e apuratória.....	582

CAPÍTULO XX

CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

XX.1 – Fundamentos conceituais	583
XX.2 – Limites.....	585
XX.3 – Tipologia.....	586
XX.4 – Prescrição e decadência no direito administrativo.....	588
XX.5 – Controles pela própria administração.....	591
XX.5.1 – Processo administrativo.....	592
XX.5.1.1 – Finalidades do processo administrativo.....	594
XX.5.1.2 – Princípios do processo administrativo.	595
XX.5.1.3 – Fases dos processos administrativos.....	597
XX.5.1.4 – Coisa julgada administrativa.....	598
XX.5.2 – Mecanismos específicos de controle interno.....	599
XX.5.2.1 – Direito de petição.....	599
XX.5.2.2 – Recursos administrativos.....	600
XX.5.2.3 – Autocontrole.....	602
XX.5.2.4 – Controle hierárquico.....	602
XX.5.2.5 – Controle de gestão.....	603
XX.5.2.6 – Supervisão ministerial.....	603



XX.5.2.7 – Audiências e consultas públicas	603
XX.6 – Controle da administração pelo poder legislativo	607
XX.6.1 – Apreciação de atos da administração	607
XX.6.2 – Convocação de autoridades administrativas	608
XX.6.3 – Requisição de informações	608
XX.6.4 – Comissões parlamentares de inquérito	608
XX.6.5 – <i>Impeachment</i>	609
XX.6.6 – Controle do endividamento público.....	610
XX.6.7 – Sustação de atos normativos.....	610
XX.7 – Controle pelos Tribunais de Contas.....	611
XX.8 – Controle pelo Poder Judiciário	613
XX.8.1 – Sistemas de controle jurisdicional no Direito Comparado	613
XX.8.2 – Alcance do controle jurisdicional.....	616
XX.8.3 – Consequências do controle jurisdicional	622
XX.8.4 – A Administração Pública em juízo.....	623
XX.8.5 – Ações especiais de impugnação judicial de comportamentos administrativos.....	625
XX.8.5.1 – Mandado de segurança (individual e coletivo).....	625
XX.8.5.2 – <i>Habeas data</i>	630
XX.8.5.3 – Ação popular	632
XX.8.5.4 – Ação civil pública	633
XX.8.5.5 – Ação de improbidade administrativa.....	636
XX.8.5.6 – Ações de controle da constitucionalidade.....	641
BIBLIOGRAFIA	645
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	665